



Obrigação Tributária: Principal e Acessória

Obrigação no CTN



Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.





Como fica o cumprimento das obrigações quando estamos diante de uma ISENÇÃO ou IMUNIDADE?

Deve haver cumprimento? Paga algo?

A legislação prevê a obrigação de efetuar o recolhimento dos tributos e existem situações onde o contribuinte será desobrigado ao pagamento, para casos em que uma lei o isenta ou para os casos de imunidades previstas na Constituição da República.


O benefício da isenção ou da imunidade não obsta o dever de continuidade do cumprimento das obrigações acessórias e dos recolhimentos dos tributos na condição de responsável tributário, sob pena de multa.



Exemplo de Obrigação Principal

Cunho Patrimonial, pagamento do Tributo



 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ UGGF - DIVISÃO DE CADASTRO IMOBILIÁRIO						
NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO 15 - IPTU + TAXAS PROPRIETÁRIO	EXERCÍCIO 2025	Nº DE SÉRIE	PARCELAS	EMISSÃO	Nº DO CONTRIBUINTE NÚMERO DO CONTRIBUINTE	
			COMPROMISSÁRIO			
LOCAL DO IMÓVEL			ENDEREÇO DE ENTREGA			
ZONEAMENTO Lei nº 9.321/2019			TERRENO M2		CONSTRUÇÃO M2	
ZQB - ZONA DE QUALIFICAÇÃO DOS BAIRROS					CÓD. M2 TERRENO	
CLASSIFICAÇÃO VIÁRIA			F. IDEAL	FT. PROF.	FT. CORR.	FT. OBSOLES.
VIA DE CIRCULAÇÃO						ANO CONST.
TIPO TERRENO			VALOR M2 TERRENO - R\$		VALOR M2 CONSTRUÇÃO - R\$	
100 - NORMAL					VALOR TAXA DE LIXO - R\$	
PADRÃO DA CONSTRUÇÃO			VALOR VENAL TERRENO - R\$		VALOR VENAL CONSTRUÇÃO - R\$	
					VALOR VENAL IMÓVEL - R\$	
USO DA CONSTRUÇÃO			IMPOSTO TERRENO - R\$		IMPOSTO PREDIAL - R\$	
TERRENO					IMPOSTO TOTAL (IPTU) - R\$	
ISENÇÃO / REMISSÃO / IMUNIDADE - IPTU			IPTU + TAXA DE LIXO - R\$		VALOR COMPENSADO - R\$	
					VALOR À PAGAR - R\$	
ISENÇÃO / REMISSÃO - TAXA LIXO			1ª PARC. ÚNICA - R\$	2ª PARC. ÚNICA - R\$	3ª PARC. ÚNICA - R\$	VALOR DA PARCELA - R\$



Exemplo de Obrigações Acessória e de Principal

Prestação de contas, entregas de declarações que são de interesse do ente fiscalizador.

DF CARF ME



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Fl. 885



PROCESSO	15586.001274/2009-04
ACÓRDÃO	9202-011.743 – CSRF/2ª TURMA
SESSÃO DE	9 de abril de 2025
RECURSO	ESPECIAL DO CONTRIBUINTE
RECORRENTE	EDP ESPIRITO SANTO DISTRIBUICAO DE ENERGIA S.A.
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 01/02/2006 a 30/04/2006

MULTAS PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. OMISSÃO DE FATOS GERADORES DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA NA GFIP. REFLEXOS DO PROCESSO DE OBRIGAÇÃO PRINCIPAL.

Constitui infração a empresa deixar de informar na GFIP todos os fatos geradores de contribuição previdenciária. Mantido o lançamento da obrigação principal deve-se, como consequência lógica, manter o lançamento da penalidade aplicada.





Exemplo de Obrigações Acessória

Prestação de contas, entregas de declarações que são de interesse do ente fiscalizador.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

Fl. 611



PROCESSO	10980.721811/2014-19
ACÓRDÃO	2004-000.189 – 2ª SEÇÃO/4ª TURMA EXTRAORDINÁRIA
SESSÃO DE	18 de março de 2025
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	FRIGORIFICO ARGUS LTDA
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Contribuições Sociais Previdenciárias

Período de apuração: 01/01/2010 a 31/12/2012

AUTO DE INFRAÇÃO. OMISSÕES EM GFIP. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA DESCUMPRIDA.

Constitui infração apresentar a empresa a GFIP com omissões, especialmente se reteve e recolheu as contribuições, impondo-se nestes casos a aplicação normativa dos arts. 32, IV, 32-A, caput, inciso I e §3º, da Lei nº 8.212. O recolhimento do tributo, com atendimento da obrigação principal, não afasta o dever de cumprir a obrigação instrumental.

A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos, sendo que, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

RELATÓRIO

Cuida-se, o caso versando, de Recurso Voluntário (e-fls. 595/604), com efeito suspensivo e devolutivo — autorizado nos termos do art. 33 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal —, interposto pelo recorrente, devidamente qualificado nos fólios processuais, relativo ao seu inconformismo com a decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ) de primeira instância (e-fls. 583/589), consubstanciada no Acórdão nº 14-58.806 - 7ª Turma da DRJ/RPO, de 28/5/2015, que, por unanimidade de votos, não conheceu da impugnação no que era matéria concomitante com processo judicial e, na parte conhecida, julgou improcedente o pedido deduzido na impugnação, cujo acórdão restou assim ementado:

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS

Período de apuração: 01/01/2010 a 31/12/2012

AUTO DE INFRAÇÃO. GFIP. OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS. OMISSÃO DE CONTRIBUIÇÕES. PRODUÇÃO RURAL. PESSOA FÍSICA. SUB-ROGAÇÃO. DISCUSSÃO JUDICIAL. RENÚNCIA AO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO. MATÉRIA DIFERENCIADA. JULGAMENTO.

A propositura pelo contribuinte de ação judicial de qualquer espécie contra a Fazenda Pública com o mesmo objeto do processo administrativo fiscal implica renúncia às instâncias administrativas, ou desistência de eventual recurso de qualquer espécie interposto.

O julgamento administrativo limitar-se-á à matéria diferenciada, se na impugnação houver matéria distinta da constante do processo judicial.

AÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE.

A eventual suspensão da exigibilidade do crédito (art. 151 do CTN), mormente quando decorrente de discussão judicial concomitante ao processo administrativo, não impede o Fisco de proceder ao lançamento eis que esta é atividade vinculada e obrigatória (art. 142 do CTN) e visa impedir a ocorrência da decadência.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

